

CEDI - P. I. B.
DATA 16/10/87
COD. E91000662

SITUAÇÃO PMACI EM MARÇO DE 1987

Devido os contratos de empréstimos firmados entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o projeto Rodoviário Porto Velho-Rio Branco, com o objetivo de mitigar os efeitos dos impactos indiretos que serão causados pela intensificação do fluxo de migração, ocupação do solo e atividades agrícolas. A exemplo do que ocorreu em Rondônia onde o projeto Polonoroeste aumentou em cinco anos o número da população de 500 mil habitantes, tornando-o um estado tenso e violentos em conflitos sociais. Foi elaborado um plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - PMACI, que atinge o Acre e sul do Amazonas, região que será afetada pela construção da BR-364.

Consta no PMACI que serão atingidas pelos impactos indiretos aproximadamente 60 áreas indígenas, que abrangem 39 povos distintos, durante o trabalho de identificações das áreas serão conhecidos os povos autônomos. Das 60 áreas 30 já estão identificadas, sendo 14 decretadas e demarcadas ou em demarcação, 09 precisam do decreto assinado pelo presidente da República e 07 precisam ser aprovadas pelo grupão, para depois serem decretadas. As outras 30 estão em processo de identificação.

ÁREAS JÁ DECRETADAS E DEMARCADAS

A.I. Mamoadate Dec. nº 92.013/85 313.646 ha

situação - está registrada no CRI do Município de Sena Madureira, certidão de matrícula nº 1439, fls. 68 do livro nº 2-E. A documentação foi encaminhada à SUAF-Bsb pela C.I nº 248/Abr de 21.11.86. Falta fazer o registro também no município de Assis Brasil.

A.I. Kaxinawá do Rio Humaitá Dec. nº 90.644/84 127.383 ha
situação - está registrada no CRI de Feijó, certidão de matrícula

la nº 317, livro nº 2-B, fls. 252. Documentos encaminhados à FU-AF-Bsb pela C.I Abr de 12.12.86. Falta 225 mil para indenização de benfeitorias e reassentar 18 famílias (o Incra tem verba do PMACI para fazer isto). Memoriais descriptivo faltou para conferir a certidão. (pularam umas cinco linhas ao registrar no cartório).

A.I. Kaxinawá do Rio Jordão Dec. nº 90.645/84 87.293 ha
situação - falta a documentação vir de Brasília para registrar no CRI de Tarauacá aguardando a conferência dos cálculos e a demarcação feita no ano passado.

A.I. Campinas - Dec nº 90.014/85 28.850 ha
situação - idem acima, falta 44 mil para indenizações.

A. I Gregório - registrada CRI e SPU
mat. nº 320, lino 2-B, fls 142, CRI de Tarauacá. Feita no SPU.

A.I Colônia 27 - De propriedade da Comunidade
mat. 321 - livro 2-B, fls. 141 CRI - SPU.

AREAS INDÍGENAS EM DEMARCAÇÃO

Cacau do Tarauacá - Dec. nº 93.146 de 20.08.86 24.850ha
situação - a firma Asseplan é responsál, já deveria ter começado a demarcação este ano. Kaxinawá afirma já sofreu uma multa da Fuani, e ainda não começou a demarcação.

KATUQUINA/KAXINAWÁ - Dec. nº 89 488 de 29.03.84 17.750 ha
situação - a demarcação terminou no mês de março (segundo delegado Reg. Funai) não tem invasor. Bruno vem extraindo madeira com os brancos.

Kaxinawá Nova Olinda - Dec. 93.142 de 20.08.86 32.150 ha

Situação- idem acima

Ocupantes não índios- uma família

Igarapé do Cauchó - Dec. N°93. de 08.86 Hc

Situação - idem a anterior

Kulina Rio Envira - Dec. 93.144 de 20.08.86 48.400 Hc

situação- a demarcação parou por causa dos índios arredios, faltam 15 Km.

Boca do Acre- Dec. 92.645 8.650 Hc.

Situação- Eram 22 ocupantes, alguns se juntaram, compraram as terras dos menos favorecidos, constituíram um advogado e fizeram um acordo com a FUNAI acima do valor estabelecido nas avaliações. Faltam 9, que segundo o Delegado fazem parte de uma só família e ele pretende entrar em acordo também, porque segundo ele, devido ser uma área muito violenta, não convém para os índios conservar inimigos. O IPEA já repassou o que tinha de verba para esse caso, agora é com a FUNAI. Esta é a política do delegado da FUNAI, o pessoal técnico já está pronto há bastante tempo para fazer a demarcação, mas a FUNAI acha melhor indenizar e colocar os brancos para fora e através de acordo.

Caititu - Dec. nº 93.072 de 06.08.86

Situação: foi demarcado 70% da área, parado por causa das chuvas.

ÁREAS APROVADAS PELO GRUPÃO E QUE PRECISAM DE DECRETO PRESIDENCIAL

Essas áreas estão esperando a definição do C.S.N. sobre a decretação delas ou criação de colônia agrícolas, reservas flores etc.

Poyanawa - parecer favorável nº 045/85 19.987 ha

Nukini - parecer favorável nº 047/85 30.900 ha

Jaminawa - parecer favorável nº 120/ 86 23.117 ha

Apurinã - Kn.124 Br.317 - parecer favorável N°117/86 33.400ha

Camicuã - parecer favorável nº 098/86 58.519 ha

Kulina do Médio Juruá -parecer favorável nº087/86 770.300 ha

Deni -

Kanamari - parecer nº108/86

Jarawara -

ÁREAS QUE PRECISAM SER APRECIADAS E APROVADAS PELO GRUPÃO

Alto Puru - proibida pelo CSN (?)

Kampa Envira - em reestudo

Arara do Igarapé Humaitá - esperando o parecer

Jaminawa/Arara - pronta para ser encaminhada ao Grupão, a proposta de área parece que não corresponde à área ocupada pelos índios.

Kulina Igarapé do Pau - vai ser conferido agora se há ou não índios

Outras 31 precisam ser identificadas:

Água Preta, Alto Sepatini, Igarapé Peneri, Seruini, Igarapé Inari,

Catipari, Marienê, Sepatini, Tumiã, de índios Apurinã,

Mamoriazinho e Mamoriaá de índios Apurinã e Jamamadi

Cabeceira do Rio Iaco, Jacareuba, Marimã, Recreio, Xiname, Igarapé, do Anjo, são de grupos autônomos.

Igarapé Capana, Inauini, Lurdes, Teuini, Kirema, de índios Jamamadi.

Juma - Análise do inquérito policial pertinente ao massacre de 1973.

Ver com o Felis

Lameirão, Piranhas, Rio Branco, Tapauá, Katawixi, Kaxinawá do Rio

Breu, Kulina do Médio Jutai, são de outros grupos diversos.

Vale do Javali - vários grupos. O Parque está interditado pela Portaria da FUNAI de nº 1849/E de 08.04.85.

Em outubro de 1986 foram organizadas três equipes abrangendo 27 áreas, que se encontram em fase de conclusão dos trabalhos.